



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS EM REGIMES DE MATERIALIDADE

DOCUMENTARY PRACTICES IN MATERIALITY REGIMES

Rodrigo Rabello, Universidade de Brasília (UnB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As contribuições de Bernd Frohmann têm influenciado o campo da ciência da informação particularmente no Brasil. Destacam-se, no presente texto, alguns aspectos orientadores de sua proposta neodocumentalista relativos ao processo de documentar. Tendo em vista tal proposta objetiva-se situar perspectivas de práticas documentárias – agência de documentar ou documentação – em regimes de materialidade, enfocando os pontos de partida foucaultiano e latouriano. Para tanto, consideram-se múltiplos aspectos da materialidade do documento (a partir de um extrato da obra de Frohmann) mediante os quais se identificou a complementariedade de ao menos três composições: a. A permanência e a força da materialidade do enunciado influenciam as práticas sociais e discursivas em determinados modos de institucionalidade (arqueologia foucaultiana); b. A força da materialidade do documento advém da dimensão relacional a partir da noção de dispositivo (genealogia foucaultiana); e c. A materialidade do discurso – com alcance na materialidade dos artefatos e dos documentos – produz-se a partir das associações de atores (perspectiva latouriana). Neles, tanto a imanência como o valor de materialidade seriam relacionais às práticas documentárias, dependendo dos modos de institucionalidade que orientam e são orientados pela agência dos atores, por suas associações, pelas relações de poder e seus efeitos.

Palavras-Chave: Prática documentária. Documento. Neodocumentação. Regime de materialidade. Bernd Frohmann.

Abstract: Bernd Frohmann's works have contributed to debates developing the field of Information Science, particularly in Brazil. Highlighted in this text are guiding elements of his neodocumentalism proposal concerning the documenting process. The aim in this context is to situate perspectives of the documentary practices, i.e. the documentation agency or documentation, in materiality regimes, based on Frohmann's works, focusing on Foucault and Latour's starting points. To achieve this, multiple aspects of the materiality of the document are considered, from a stratum of Frohmann's work, which feature mutual complementarity in at least three compositions: a) the permanence and strength of the materiality of the utterance influencing social and discursive practices in certain forms of institutionality (foucaultian archeology); b) the strength of the materiality of the document stemming from the relational dimension of power from the notion of device (foucaultian genealogy); and c) the materiality of the discourse, reaching materiality in artifacts and documents, produced from actors' associations (latourian perspective). In these, both immanence and materiality value are regarded as relational toward the documentation agency, depending on the forms of institutionality guiding and guided by the actors, their associations, their relations of power, and their effects.

Keywords: Documentary practices. Document. Neodocumentation. Materiality regime. Bernd Frohmann



1 INTRODUÇÃO

O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da informação – ENANCIB – se consolidou como um espaço de reflexões e debates sobre relevantes temas para a área, com a participação de diversos pesquisadores, inclusive estrangeiros. Bernd Frohmann¹ está entre eles. Suas pesquisas têm influenciado a ciência da informação no Brasil (ZAMMATARO; ALBUQUERQUE, 2021), sobretudo após a sua participação na sétima edição do ENANCIB, em 2006, realizada na Universidade Estadual Paulista – UNESP –, Campus de Marília-SP.

O autor foi um dos responsáveis, dentre outras contribuições, por retomar estudos da documentação otletiana e brietiana, por problematizar e ampliar o escopo dos estudos de política de informação e por abranger, nessa direção, uma proposta de “neodocumentalismo” mediante uma dimensão ou “via” simbólica (SALDANHA, 2013), alcançando questões epistemológicas e ético-políticas sobre a materialidade e a institucionalidade dos enunciados, da informação e do documento (RABELLO, 2019), que implicam e estão implicadas em práticas documentárias, estas entendidas como processo ou práticas de documentar ou, numa palavra, documentação.

Diante dos desafios atuais relativos a regimes emergentes de materialidade e dos novos modos de documentalidades, sobretudo em contextos digitais e em rede (RABELLO, 2019), propõe-se resgatar contribuições de Frohmann a partir de alguns de seus pilares teóricos: Michel Foucault e Bruno Latour. Enfatiza-se, com isso, o aspecto integrado e complementar das formulações foucaultiana e latouriana nos estudos de Frohmann.

Nessa direção, objetiva-se abordar as práticas documentárias em regimes de materialidade,² situando aspectos centrais da obra de Frohmann em formulações expressas com a proposição de composições teóricas. Busca-se, com isso, se debruçar sobre a complementariedade da dimensão teórica em questão, apontando para uma alternativa de fundamentação para o que Rabello (2019) depreende como um desafio, qual seja: compreender a dinâmica de regimes emergentes de materialidade.

¹ Bernd Peter Frohmann nasceu em 1946, em Karlsruhe, Alemanha. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Toronto, no Canadá. Atua como professor associado na Faculdade de Informação e Estudos de Mídia da Universidade de Western Ontario, também no Canadá.

² Expressão cunhada por Foucault a qual – diante do caráter transversal, multidimensional e múltiplo do conceito de materialidade – pode ser explorada quiçá por também se aproximar da ideia de “modos de existência” e de “regimes de enunciação” latouriana, algo que permitiria, ainda, estabelecer um diálogo entre Deleuze e Foucault ao se tematizar, respectivamente, “agenciamentos coletivos de enunciação” e “regimes de verdade”.



As composições teóricas foram formuladas mediante um extrato da obra de Frohmann. Os textos foram selecionados a partir do levantamento realizado por Zammataro e Albuquerque (2021). Como critério de seleção, orientou-se pelo estudo de González de Gómez (2012) que evidenciou, dentre outros aspectos, a dupla referência latouriana e foucaultiana, e por Ferrando e Freitas (2017), que abordaram o conceito de dispositivo foucaultiano no contexto frohmanniano. Por sua vez, concentrou-se em trabalhos de Frohmann que desenvolveram a noção de práticas documentárias.

O presente texto está organizado em duas seções principais. A primeira (seção 2) situa as práticas documentárias e os múltiplos aspectos da materialidade da documentação, e a segunda (seção 3) contextualiza as práticas documentárias no âmbito de regimes de materialidade, em sua transversalidade ontológica, ética e política.

2 PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS E MATERIALIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

A leitura foucaultiana de Frohmann sobre materialidade de enunciados e de documento preceitua um caminho diferenciado para o estudo da informação – para além de abordagens fisicalistas e mentalistas³ –, situando-a no âmbito das instituições e das redes, sem se orientar, como fio condutor, por sua natureza ôntica (FROHMANN, 2004) ou pela ontologia semiótica (FROHMANN, 2008b). O autor observa que a materialidade da informação e do documento está relacionada à inserção de enunciados em redes institucionalizadas (FROHMANN, 2008a), em inscrições numa ontologia documental (FROHMANN, 2008b).

A informação – na trama dos enunciados – pode ser compreendida como um fenômeno passível de ser observado desde a sua proveniência discursiva, passando por sua circulação social, expressa em práticas, até o momento da inscrição em suportes situados institucionalmente. Encontra, na dimensão simbólica do documento, um referente da proveniência, dos efeitos e das projeções para provocar efeitos. Logo, a dimensão relacional entre informação e documento se faz necessária para o estudo do caráter social, institucional, material e público da informação (FROHMANN, 2008a).

³ Abordagens: a. Fisicalista – considera a uniformidade da semântica da informação, algo que lhe garantiria atributos – controle, quantificação etc. – suscitadores de um tipo de realismo; b. Mentalista – cognitiva e individual – “preceitua” a informação como algo imaterial, abstrato, uniforme e imutável (FROHMANN, 2007).



Essa perspectiva teórica atualiza e expande a relevância do documento no contexto do neodocumentalismo (FROHMANN, 2007), permitindo – ao reconhecer o poder simbólico expresso e fundamentado nalgum modo institucionalizado de saber – estudar as “[...] consequências e os efeitos da materialidade da informação.” (FROHMANN, 2008a, p. 22). O autor recorre a Foucault a quem, na obra *A arqueologia do saber*, de 1969, compreende que a materialidade dos enunciados se orienta pelo *regime de materialidade*, seguindo “[...] a ordem da instituição mais do que da localização espaciotemporal; [tal regime] define possibilidades de reinscrição e de transcrição.” (FOUCAULT, 2005, p. 143).

De tal concepção de regime de materialidade Frohmann depreende a formulação que pode ser traduzida na seguinte composição: *a permanência e a força da materialidade do enunciado influenciam as práticas sociais e discursivas em determinados modos de institucionalidade*.

A materialidade dos enunciados está inscrita e orientada por forças nem sempre explícitas em sua “massa”, “inércia” e “resistência”. Ela pode ser “medida” por sua estabilidade quando imersa em rotinas e em redes institucionalizadas e/ou numa rede de anotações escritas (FROHMANN, 2008a). O rastro dos enunciados traz consigo a historicidade das práticas sociais e das instituições.

Tal materialidade pode conduzir, p. ex., a invenção de tipos e categorias de pessoas, como é o caso das categorias homossexual e suicida, as quais, antes da existência do registro em documentação no século XIX, “inexistiam” (FROHMANN, 2008a). A materialidade da categoria ganha força e resistência à medida que se adensa como registro em documentação, em redes institucionalizadas.

Noutra direção, ao perder força e resistência – ao sair do circuito institucional onde se encontra a documentação –, a permanência de materialidade de determinadas categorias pode ocorrer por meios alternativos de institucionalidade. Neles, novas práticas documentárias podem garantir a repetição coletiva do enunciado “perdido”. Portanto, “As chances de sobrevivência do enunciado dependem do seu sucesso na migração de uma rede institucional e documentária para outra.” (FROHMANN, 2008a, p. 29).

A materialidade da informação, quando analisada na ordem dos registros e das escritas disciplinares, depende da disposição de objetos numa fisicalidade situada no espaço e no tempo. A fisicalidade dos objetos, para além de “estabilizar” a uniformidade semântica



da informação, compõe parte dos atributos dos aspectos múltiplos e autônomos da documentação expressas no documento (FROHMANN, 2007).⁴ O autor argumenta, então, que a materialidade da informação pode ser estudada tendo a documentação – processo de documentar – como chave.

Com a documentação, as “[...] práticas documentárias institucionais lhe dão peso, massa, inércia e estabilidade que materializa a informação de forma tal que ela possa [se] configurar profundamente na vida social.” (FROHMANN, 2008a, p. 25-26). A documentação está associada a práticas e a uma vida documentária interligada por redes que constituiriam os modos de institucionalidades.

As intencionalidades atribuídas aos objetos podem se expressar num momento anterior à sua valoração como documento. O processo valorativo depende de contextos e situações – institucionalidades formal ou menos formal –, que permitem a agência e os efeitos da materialidade (RABELLO, 2019). O documento se apresenta como uma expressão material de um enunciado ou de um conjunto deles. Ele possui tessitura e propriedades manipuláveis que facilitam a sua circulação na sociedade, apresentando “[...] através e dentre as instituições uma materialidade pronunciada.” (FROHMANN, 2008a, p.24).

As práticas documentárias contam com materialidade pronunciada que se expressa em produtos físicos institucionalizados, em cujas inscrições e formas de escrita imbricam-se matéria, direcionamentos ou condicionamentos de vontades. As formas de autoria e as inscrições (também de natureza não autoral) se mantêm em sua massa e inércia segundo tais práticas. Nesse contexto, a linguagem, as marcas na natureza e as palavras são materiais (FROHMANN, 2007). Elas medeiam a relação entre discurso e seus efeitos.

Com o enunciado (materialidade da informação), as práticas documentárias (processo, documentação), o objeto ou artefato (sociotécnico), o documento (com informação materializada e institucionalizada, inscrita fisicamente num objeto) e os regimes de materialidade (redes institucionalizadas e contextos transversais de agência e mediação),

⁴ Numa leitura latouriana, os artefatos fazem parte de infraestruturas que também suportam a trama de redes por meio das quais se inscreve a agência dos objetos, ou quase-objetos, ou artefatos sociotécnicos (FROHMANN, 1995). A partir dessa perspectiva, os artefatos, como expressão de alguma fisicalidade, também podem ser estudados em sua agência. Na oportunidade em que os objetos são analisados em perspectiva e valorados à luz da dimensão simbólica – material e institucional – eles são “transformados” em documentos (RABELLO, 2019). Tais objetos podem ser considerados atores não humanos, ou seja, agentes que alistam ou provocam ações em infraestruturas, espaços ou contextos transversais de atuação (FROHMANN, 1995; 2008b).



observam-se, em Frohmann (2007; 2008a), múltiplos aspectos da materialidade relativos a modos de agência institucionais em inscrições/formas da escrita.

A conexão das práticas documentárias e dos múltiplos aspectos da materialidade da informação e do documento se referencia na ação dos atores em contexto. Encontram-se, aqui, elementos para situar tal agência em regimes de materialidade, segundo uma possível intersecção foucaultiana e latouriana estabelecida nos escritos de Frohmann (1995; 2007; 2008a; 2008b), considerando a composição do dispositivo e/ou das associações em redes sociotécnicas em sua transversalidade filosófica, epistemológica, ética e política.

3 PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS EM REGIMES DE MATERIALIDADE

O neodocumentalismo frohmanniano, segundo González de Gómez (2012, p. 51), advém de uma proposta que se caracterizaria mais pela resignificação foucaultiana “[...] do documentar do que pela substituição da informação pelo documento.” Nessa direção, o estudo de Ferrando e Freitas (2017) propôs tematizar as práticas documentárias a partir da crítica de Frohmann ao pensamento mentalista, tendo no horizonte o documento no contexto das práticas sociais. Para tanto, desenvolvem ideias foucaultianas sobre questões tocantes ao poder, relacionando-as à concepção de dispositivo. A reflexão sobre as práticas documentárias e suas propriedades culminou numa concepção de agência documental e de efeitos de informação.⁵

O mencionado estudo situa o caráter central da noção de sujeito na obra foucaultiana, segundo o qual as relações de poder e resistência se apresentam como fundamentais para estudar como o poder se exerce, algo que pode ser observado, dentre outros escritos, em *Microfísica do poder*, de 1979 (FOUCAULT, 2002), e “O sujeito e o poder” (FOUCAULT, 1995). Neles é possível apreciar o deslocamento da analítica do poder relativamente à sua manifestação disseminada.

Nesse sentido, o que interessa é o poder em sua produção de efeitos. Em tal deslocamento, o poder não teria uma natureza em si à medida que ele está permeado em redes de relações. Os efeitos do poder se apresentam como algo dinamizado no jogo entre

⁵ A partir da noção de dispositivo, Ferrando e Freitas (2017) corroboram o prisma de Foucault e, particularmente, o de Frohmann quando entendem agência documentária como *processo* segundo o qual o documento produz efeitos. Consiste, nas palavras das autoras, no “[...] poder de afetar do documento, que pode reposicionar formas e pensamentos de acordo com seus contextos de uso, ou ainda, a partir das práticas sociais documentárias.”



força e consentimento. Nesse espaço não atuaria apenas a violência e a autoridade, mas também a luta e a resistência (FEDER, 2018).

Conforme observam Ferrando e Freitas (2017), para a análise das relações de poder, o conceito de dispositivo é relevante. Originado nas obras *Vigiar e Punir*, de 1975, e *História da sexualidade*, iniciada em 1976, é possível observar uma síntese do entendimento de dispositivo na coletânea *Microfísica do poder*. Nele, Foucault assevera a heterogeneidade contida na ideia de dispositivo, algo que leva a uma diferenciação de concepção que extrapola aquela orientadora da fase arqueológica. Há o reconhecimento de que *épistémé* seria um dispositivo discursivo, diferenciando-se de outros não discursivos. A fase posterior à arqueológica – fase genealógica – acomoda o conceito *dispositivo* entendido como

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. [...] entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 2002, p. 244).

De tal concepção de redes de elementos discursivos ou não discursivos no âmbito das relações de poder/saber Frohmann depreende a formulação que pode ser traduzida na seguinte composição: *a força da materialidade do documento advém da dimensão relacional a partir da noção de dispositivo*.⁶

A agência dos documentos – que produz efeitos – conduz Frohmann a formular uma intersecção entre Foucault e Latour naquilo que Frohmann denominou de regime de informação, ou, na proposição e expressão de Foucault, num regime de materialidade. Em um de seus textos clássicos, Frohmann (1995) amplia os horizontes do estudo da política no campo da ciência da informação, articulando a perspectiva foucaultiana com a abordagem latouriana, conforme igualmente pode ser observado em Frohmann (2007; 2008a).

Frohmann (2007; 2008a) aborda a institucionalidade e os múltiplos aspectos da materialidade de enunciados e de documentos, bem como a autonomia destes últimos.

⁶ Para uma reflexão sobre dispositivo em políticas difusas de memória, em termos de ações de informação (em González de Gómez) e de práticas documentárias e seus efeitos (em Frohmann), ver Fernandes (2011).



Frohmann (1995) propõe uma análise de política de informação numa dimensão ampla e transversal que considere redes e instituições – naquilo que denomina de regimes de informação –,⁷ mediante abordagem de tipo ator-rede.⁸ Respectivamente, em tais estudos, os documentos são, eles próprios, detentores de poder que produz efeitos; e/ou detêm tal poder quando inseridos numa situação de assimetria, como um efeito de um dispositivo ou de uma rede sociotécnica.

A rede, segundo a teoria ator-rede,⁹ constitui-se de atores humanos e não humanos¹⁰ e está ligada por nós em associações diversificadas, cuja complexidade decorre de desvios, incertezas e controvérsias. O ator é constituído na ação que se desloca na trama da rede. Nela, outros atores o implicam. Se nas associações os atores fazem a diferença no curso da ação (em desvios e controvérsias), atuam sendo provocados e provocando ações (LATOUR, 2012). As associações, em relações intermitentes, descentralizam a ideia de intencionalidade da ação dos objetos. A agência advém das associações e da variedade dos atores agenciados no curso da ação.

Depois de evidenciar a dupla referência foucaultiana e latouriana nos estudos de Frohmann, González de Gómez (2012, p. 51) chama a atenção para a abertura epistemológica e ético-política presente na proposição frohmanniana.

⁷ Para um levantamento e análise do conceito “regime de informação” de Frohmann e de outras proposições de regime, ver González de Gómez (2012).

⁸ Frohmann (1995) recorre à teoria ator-rede (TAR, ou ANT, acrônimo em inglês de Actor-Network Theory) de Michel Callon, mas, sobretudo, a partir das formulações de Bruno Latour, desenvolvida no âmbito do Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI) da École nationale supérieure des Mines de Paris no início de 1980. Neste caso, a composição de enunciados está relacionada ao grau de institucionalização e de inserção em redes e instituições. Aqui, a ideia de “regimes” encontra espaço privilegiado, tendo como inspiração concepções foucaultinas de “regimes de verdade” e “regimes de materialidade”, respectivamente como espaço na esfera dos discursos e/ou na ordem das instituições. Os modos de institucionalidade se valem ou estão inscritos submetidos ao funcionamento de instituições ou redes estáveis ou menos estáveis. Preocupa-se como os regimes de informação “[...] se originam e se estabilizam; como determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas dentro e através deles”. (FROHMANN, 1995, p.21). Frohmann (1995) critica, dentre outras limitações, uma concepção reducionista de política de informação trabalhada no âmbito da biblioteconomia e da ciência da informação, por exemplo, quando a área de informação a considera apenas sob o desígnio governamental.

⁹ No âmbito da TAR, o saber etnográfico é defendido por Latour como caminho profícuo para posicionar as associações como ponto de partida para o estudo das redes. Ele coloca em perspectiva os empreendimentos de naturalização, de socialização e de desconstrução, ao considerar redes “[...] ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso, coletivas como a sociedade [...]” (LATOUR, 2019, p. 15). Desde um prisma antropológico, a TAR propõe um contraponto aos conceitos de social levados a cabo pela sociologia “tradicional” – ou, sociologia “do social” – e reconhece simetrias na relação entre atores (LATOUR, 2012).

¹⁰ Atores que compõem os cursos da ação em rede. A TAR prevê composições, associações e a provação de desvios e controvérsias presentes na tradução dos cursos de ação (LATOUR, 2012; 2016).



[...] efetuada a dissolução crítica das possibilidades de construção de um objeto para os estudos das políticas, o autor faz a contraproposta de um objeto possível, denso e consistente, como domínio de exercício do que denominará práticas informacionais: ele lhe será oferecido pela noção de artefato híbrido ou quase-objeto, ao mesmo tempo natural, social e discursivo, conforme elaborado pela teoria ator-rede. No texto de 1995, para Frohmann, esses híbridos ou quase-objetos têm como exemplares a rádio aberta ou a info-bahn; em textos posteriores, seus híbridos ganham a formulação unificada de “documentos”, agora objeto exemplar de um paradigma neo-documentalista. Nesse sentido Frohmann propõe-se fazer uma releitura das práticas documentárias análogas as reformulações que a teoria ator-rede fez com os estudos da ciência.

Em tal “unificação” do documento como um híbrido, as ações de inscrição e formas de escrita, como um evento de manifestação da inteligência, não separam mente e matéria. O exemplo das inscrições poéticas, nessa direção, diferenciaria tais manifestações do enfoque na informação como algo imaterial e abstrato. Isso porque essas expressões dependem da extensão da inteligência e da consciência humana na matéria. A agência do documento direciona ou condiciona vontades (FROHMANN, 2007). Por outro lado, mesmo que prescindindo da separação entre mente e matéria, tal agência pode ser considerada como efeito de associações, sendo, portanto, direcionada e condicionada por outros atores (FROHMANN, 1995).¹¹

As práticas sociais e institucionais da escrita (FROHMANN, 2007) decorrem, se pensadas numa perspectiva latouriana, de uma concepção simétrica de social (FROHMANN, 1995; 2008b). Diferentemente de ser pensada, naquele estudo, numa situação de poder disciplinar, à luz de uma economia de discursos de verdade (poder produtor de efeitos), a

¹¹ O filósofo francês Pierre Lévy apresenta um caminho para pensar a não separação entre mente e matéria. Ele estabelece conexão entre instituições e tecnologias intelectuais, trazendo um quadro de referência para refletir sobre a perspectiva latouriana no âmbito dos regimes de materialidade. Ele situa do seguinte modo as associações simétricas entre homens e dispositivos técnicos: “Como os rizomas de Deleuze e Guattari, as redes de Latour ou de Callon não respeitam as distinções estabelecidas entre coisas e pessoas, sujeitos pensantes e sujeitos pensados, inerte e vivo. Tudo que for capaz de produzir uma diferença em uma rede será considerado como um ator, e todo ator definirá a si mesmo pela diferença que ele produz.” (LÉVY, 2010, p. 139). Ainda que não utilizando o expediente teórico estritamente callon-latouriano, Lévy observa que os atos de conhecer e de instituir estariam situados em uma diferença de escala, onde a “[...] cada etapa de nossa trajetória social, a coletividade nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, evitando que tenhamos que inventá-las por conta própria. As regras jurídicas ou administrativas, a divisão do trabalho, a estrutura hierárquica das grandes organizações e suas normas de ação são tipos de memória, de raciocínio e de tomada de decisão automáticas, incorporadas à máquina social e que economizam certa quantidade de atividade intelectual dos indivíduos. Uma vez que são convencionais e historicamente datadas, é claro que as tecnologias intelectuais (a escrita, a informática...) são instituições. Embora talvez se aceite que toda instituição seja considerada como uma tecnologia intelectual.” (LÉVY, 2010, p. 144).



questão da agência e do poder, nesses últimos, também se configura a partir de espaços relacionais e produtivos (em redes), mas a noção de poder (explicitado em alguma tradução) decorre da assimetria (posição acentuada ou contraposição de algum ator) no bojo das associações nos cursos da ação. Os artefatos e os documentos fazem parte de redes formais ou menos formais no contexto de uma

[...] intensa presença de uma forma sociotécnica ou quase invisível, fundida no curso da ação [...]. É por isso que insisto tanto em destacar a noção de *prova*. Apenas quando atravessamos a prova tornamo-nos materialistas, isto é, conscientes dos materiais diversos que compõem uma determinada ação. Mas apenas durante certo tempo: quando tudo se acomoda novamente e volta a se “encaixar”, o idealismo retorna necessariamente. (LATOURE, 2016, p. 49, grifos do autor).

De tal acepção de rede Frohmann depreende a formulação que pode ser traduzida em mais uma composição: *a materialidade do discurso – com alcance na materialidade dos artefatos e dos documentos – produz-se a partir das associações de atores*.

Entende-se que a conexão das perspectivas – foucaultiana e latouriana – influencia, p. ex., a noção de inscrições de natureza autoral ou não autoral ou de autonomia da documentação (FROHMANN, 2007). A materialidade do discurso pode ser considerada desde a sua permanência, massa, inércia, enfim, desde a sua força de provocar efeitos (FROHMANN, 2008a), no sentido empregado na fase arqueológica de Foucault. Complementarmente, as práticas institucionalizadas prevêm – respectivamente nos sentidos da fase genealógica foucaultiana e da teoria ator-rede –, a ideia de agência do documento em ações a partir de elementos discursivos e não discursivos (FROHMANN, 2007; 2008b) e à luz dos efeitos das associações e das interações entre atores em redes formais ou menos formais (FROHMANN, 1995; 2008b).

Segundo a imbricação dessas leituras, a ideia de autonomia da documentação (FROHMANN, 2007) deve ser relativizada haja vista o caráter relacional pressuposto nas noções de *dispositivo* foucaultina e de *rede* latouriana. Ainda que em Frohmann (2007) se tenha buscado conectar a multiplicidade da materialidade para argumentar sobre a agência autônoma do documento, os conceitos *dispositivo* e *rede* ampliam as possibilidades para o estudo da materialidade da informação e do documento, a partir do estudo das práticas documentárias ou documentação.



A documentação foi o ponto de partida para a reflexão de Frohmann (2008b) sobre ética, ontologia e política documental, num esforço que permite observar a agência dos documentos na imbricação entre dispositivo foucaultiano e rede latouriana em regimes de materialidade, ou seja, considerando a ordem das instituições.¹²

A dimensão ética foi abordada em casos que envolviam a cidadania biológica e a terapêutica. Ambas foram exemplificadas no âmbito do conceito antropológico de regimes de vida. Por meio dos casos relatados relativos ao conhecimento especializado e a ciência biomédica, a documentação foi considerada relevante para os exemplos do ativismo médico, da resposta corporativa e das formas alternativas de cuidados de si (FROHMANN, 2008b).

A dimensão ontológica foi abordada na constituição da documentação. Mediante exemplos da gestão, a partir de casos de serviços empresariais apresentados por Michel Callon,¹³ Frohmann (2008b) diferenciou ontologia semiótica da ontologia documental. A primeira considera o produto da escrita, definições, narrativas, textos, formas abstrato-simbólicas como mera declaração ou descrição. A segunda pressupõe materialidade, tecnologia, arranjos institucionais e de poder, enfim, considera a gramática do discurso sobre a escrita, os documentos e a documentação.

A dimensão ético-política encontra na concepção de agenciamento um meio para situar documentos e documentação em associações heterogêneas entre atores (FROHMANN, 2008b). Para buscar reagregar o social, mediante a TAR, haveria, ao menos, duas tarefas para rastrear os documentos: 1. Tarefa de descrição da multiplicidade de atores associados em composições; 2. Tarefa política visando explicitar a composição, a unificação de agenciamentos e os meios que definem a convivência. Com isso, estudos empíricos permitiriam revelar a política de documentação (FROHMANN, 2008b).

Especificamente sobre os alcances da noção de dispositivo, em um texto que resgata reflexões apresentadas no International ICIE Symposium, realizado no ano de 2004, em Karlsruhe, Alemanha, Frohmann (2018) aborda pontos de vista éticos em contribuições deleuzianas e foucaultianas para se debruçar sobre a relação Internet e localidade. Haveria,

¹² Frohmann (2008b) objetivou abordar aspectos explícitos ou implícitos relativos ao conceito de “agenciamento” de Deleuze e Guattari, mas tendo em vista a particular leitura de Latour. Para tanto, lançou mão de exemplos no âmbito científico-social da antropologia e da gestão.

¹³ Observa-se a necessidade de se debruçar sobre as contribuições Michel Callon, sobretudo tomando-o como um quadro de referência de investigadores que trabalham com uma abordagem de tipo ator-rede no campo da ciência da informação, como é o caso de Frohmann e de González de Gómez.



segundo o autor, afinidades entre ambas as contribuições que levariam para além das questões dos efeitos das tecnologias digitais.

A dimensão causal da tecnologia em rede é problematizada, p. ex., com o conceito deleuziano de “afeto” – como meio e variedade de intensidade para a ação dos corpos, como devir –, bem como com a ideia de “agenciamento”, onde a composição e o cruzamento de afetos escapam à relação causa-efeito das ações. Do ponto de vista ético, tal abordagem não se interessaria pelos (bons e maus) efeitos da Internet, mas pelas intensidades e conexões mediadas entre os corpos, as mutações e as novas ações em montagens e composições, onde também se situa o processo de individuação.

O interesse ético-foucaultiano pela liberdade foi apresentado por Frohmann (2018) em diálogo com a contribuição deleuziana. Tal articulação se constitui com um movimento relacional e alternativo, que também escapa à relação causa-efeito. Ela se constrói numa espécie de “movimento de fuga” ao ocidental e cartesiano aprisionamento à “vontade de verdade”. Essa vontade limitaria, segundo Frohmann, os estudos que buscam descobrir os efeitos da Internet. Abrir-se-ia, com tal “fuga”, a possibilidade de se estudar os processos singulares e múltiplos, bem como as disputas de moralidade em “jogos de verdade”. Seria possível investigar as redes digitais, prescindindo de conhecer as regularidades de causa e efeito, mas se interessando pelo o que é contingente e singular em tais redes (FROHMANN, 2018).

O problema da liberdade em uma sociedade marcada pela tecnologia perpassa ambas as abordagens; seja no âmbito da chave foucaultiana da disciplina, ou no âmbito da chave deleuziana do controle, numa sociedade orientada por dados, códigos, etc. Há, com essas perspectivas, o reconhecimento da inadequação das análises das redes digitais quando se enfatiza apenas suas capacidades comunicativas. Ao se desconsiderar a questão da liberdade trazida por Foucault e Deleuze, os problemas de “[...] acesso raramente vão além das propostas para melhorar o fluxo de tráfego de informações.” (FROHMANN, 2018, p. 70).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de Frohmann relativas às práticas documentárias, na dupla referência foucaultiana e latouriana, remetem a perspectivas distintas, mas apresentadas como complementares e articuladas. Delas desdobraram-se formulações que foram



traduzidas nas seguintes composições: a. *A permanência e a força da materialidade do enunciado influenciam as práticas sociais e discursivas em determinados modos de institucionalidade* (arqueologia foucaultiana); b. *A força da materialidade do documento advém da dimensão relacional a partir da noção de dispositivo* (genealogia foucaultiana); e c. *A materialidade do discurso – com alcance na materialidade dos artefatos e dos documentos – produz-se a partir das associações de atores* (abordagem de tipo ator-rede).

O enfoque no processo da concepção de práticas documentárias como documentação – ou “neodocumentação” – compõe uma abordagem epistemológica e ético-política particular. Abre-se, com ela, uma possibilidade de reflexão sobre modos de agência e de produção de materialidades. Tal perspectiva pressupõe, dentre outros aspectos, a materialidade do discurso (expresso mediante informação), cujas intencionalidades decorrem da associação entre atores e estão presentes antes de se produzir, p. ex., modos de escrita e inscrições. Tais intencionalidades antecedem, ainda, a valoração do registro em algum suporte físico como documento. A materialidade do enunciado/informação, com efeito, antecede o registro. Portanto, não se coloca em indagação o conceito de informação registrada ou não registrada. O cerne do pensamento frohmanniano reside na politicidade da materialidade do enunciado/informação, algo que ganha força e resistência na dimensão relacional dos dispositivos, nas associações entre atores e na fisicalidade/perenidade do documento em redes estáveis ou menos estáveis, e seguindo a ordem das instituições.

A documentação e as redes e instituições constituem, respectivamente, processo e espaços que recebem a informação materializada, numa etapa em que se pressupõe uma valoração do objeto/artefato como documento, abrindo a possibilidade para novos agenciamentos e associações de atores. O objeto sociotécnico – como artefato e/ou documento – possuiria certa autonomia pela imanência de aspectos materiais que tocam a linguagem, a língua e/ou a escrita. Adicionalmente, a agência provocaria e seria provocada em regimes situados no espaço e no tempo.

O estudo das práticas documentárias em regimes de materialidade busca superar a causalidade cartesiana. Seguindo o rastro do poder de afetar dos artefatos/documentos, (re)direciona modos de pensar a partir de práticas documentárias em contextos transversais de produção, mediação e uso da informação. Caminha segundo a ordem das instituições e das redes. Permite a interpretação da origem e da procedência do



documento/monumento¹⁴ junto à permanência e força da materialidade do discurso. Possibilita decifrar práticas históricas, no bojo de relações de poder, onde se situam sujeitos e elementos discursivos e não discursivos. Considera cursos da ação, associações dos atores, composição das redes, mudanças de curso e efeitos.

Se na perspectiva frohmanniana os regimes de informação – ou de materialidade – encontram na documentação a possibilidade do estudo da materialidade da informação e do documento, a proposição de uma “neodocumentação” pressupõe ou chama a atenção para a necessidade de se estudar os regimes emergentes de materialidade, sobretudo à luz dos contextos digitais e em rede. Considerando tais desafios, cabe perguntar como operam novas documentalidades diante das relações de produção e consumo de informação, que condicionam e são condicionados por tais fenômenos.

Por fim, cabe esclarecer que à dupla referência foucaultina (*épistémé* e dispositivo) e latouriana (teoria ator-rede) para a reflexão sobre as práticas documentárias se soma a outras, como é o caso da deleuziana (agenciamento, dentre outros conceitos). Esta referência, declaradamente influente para o estudo da agência múltipla, material e autônoma da documentação (FROHMANN, 2007), fora empregada noutras ocasiões, p. ex., quando na investigação sobre ética, ontologia e política documentária (FROHMANN, 2008b), ou acerca da ética em redes digitais (FROHMANN, 2018). Haja vista a influência à obra de Frohmann, o conceito de agenciamento deleuziano necessitaria de estudos à parte, bem como haveria a necessidade de se adensar investigações sobre as contribuições de outros autores, como é o caso de Ludwig Wittgenstein (FROHMANN, 2004).

REFERÊNCIAS

FEDER, E. K. Poder/saber. In: TAYLOR, D. (Ed.). **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

FERNANDES, G. C. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v.2 n.1, p.208-226, 2011.

FERRANDO, T. L.; FREITAS, L. S. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB; UNESP, 2017.

¹⁴ Para uma reflexão sobre documento/monumento, isto é, um modo material de legitimação de discursos *sobre* a realidade, ver Rabello e Rodrigues (2019).



FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Almedina, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FROHMANN, B. Documentation Redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387–407, Winter 2004.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE (CAIS/ACSI), 23., 1995, Edmonton- Alberta. **Anais...** Edmonton- Alberta: CAIS, 1995.

FROHMANN, B. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKLARE, R.; LUND, N. W.; VARHEIM, A. (Ed.). **A Document (Re)Turn: contributions from a research field in transition**. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008a.

FROHMANN, B. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science**, v.8, n.165, 2008b.

FROHMANN, B. Revisiting “What is a ‘document’?”. **Journal of Documentation**, v.65, n.2, 2009.

FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v.9, n.14, p.227-249, 2012.

FROHMANN, B. Foucault, Deleuze, and the ethics of digital networks. *In*: FRÜHBAUER, J. J.; HAUSMANNINGER, T.; CAPURRO, R. (Ed.). **Localizing the Internet: ethical aspects in intercultural perspective**. München: Fink, [c.2007], 2018.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.22, n.3, p.43-60, set./dez. 2012.

LATOURETTE, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba; Bauru-SP: Edusc, 2012.

LATOURETTE, B. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. São Paulo: Ed. 34, 2016.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2019.



LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. 2. Ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

SALDANHA, G. S. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun., 2013.

RABELLO, R. Informação institucionalizada e materializada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v.13, n.2, p.5-25, 2019.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Information as proof or monument: materiality, institutionality and representation. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 24, n. 55, p. 1-21, maio/ago. 2019.

ZAMMATARO, A. F. D.; ALBUQUERQUE, A. C. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva frohmanniana na Ciência da Informação: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da informação**, v. 19, 2021.